

# A participação da sociedade civil e o estímulo ao exercício da cidadania: Uma análise do programa Sociedade Civil<sup>1</sup>

Profa. Doutora Gabriela Borges  
*Investigadora Ciccom – Universidade do Algarve - FCT*

## Introdução

Este artigo apresenta uma análise do programa **Sociedade Civil** exibido na 2: portuguesa. Em primeiro lugar será realizada uma breve contextualização das recentes mudanças ocorridas no segundo canal da televisão pública portuguesa e, em segundo lugar, uma análise do programa **Sociedade Civil**, considerando alguns aspectos da investigação de pós-doutoramento que estou desenvolvendo neste momento. O enquadramento teórico desta análise baseia-se nos estudos sobre a qualidade do serviço público de televisão e, no caso específico desta conferência, abordarei a questão do papel da televisão no que diz respeito ao estímulo ao exercício da cidadania.

É importante ressaltar que os estudos sobre a televisão podem apresentar diversas formas de abordagem e este trabalho tem o intuito de discutir o potencial da televisão enquanto um meio de comunicação de massa com um sistema próprio de expressão, que tem a capacidade de veicular programas criativos e proporcionar experiências diferenciadas para a audiência.

## I. A 2:

Em 2002, o governo português publicou o documento “Novas Opções para o Audiovisual” em que salientava a crise de identidade do serviço público de televisão e de rádio em relação à estratégia, à organização e à integridade, principalmente devido ao incumprimento das suas obrigações de serviço público, à perda das audiências, aos altos custos de produção e de recursos humanos e à má gestão dos fundos públicos. Foram definidas novas estratégias para a reestruturação do sector e, entre elas, o governo propôs um novo modelo de funcionamento para o segundo canal de televisão, que foi entregue à sociedade civil com a intenção de promover um outro tipo de relacionamento entre os produtores de conteúdos e os cidadãos. Os argumentos usados pelo governo foram de que o segundo canal poderia contribuir para a maturidade da democracia e para o desenvolvimento da sociedade e com isso a televisão portuguesa, através da sua comunicação directa com o público, estaria mais próxima dos cidadãos. Neste sentido, os cidadãos seriam os provedores de conteúdo e a audiência dos seus próprios programas e o serviço público de televisão passaria a estar nas mãos do próprio público.

Esta entrega à sociedade civil foi bastante controversa e recebeu muitas críticas da opinião pública. Para o governo, a entrega à sociedade civil foi um meio termo encontrado entre a privatização e a impossibilidade de continuar a financiar o segundo canal. Para os formadores de opinião, nomeadamente os académicos e os jornalistas, o governo foi irresponsável pelo facto de não ter proposto um modelo pertinente de funcionamento do novo canal. Pinto e

---

<sup>1</sup> Texto publicado em Toldy, Teresa et all (eds.). Cidadania(s) – discursos e práticas. Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa, ISBN 987-972-8830-98-4.

Souza (2004:9) argumentam que o governo ignorou as recomendações dadas pelo Grupo de Trabalho coordenado por Helena Vaz da Silva, que defendia a não privatização da RTP pois o papel da chamada “sociedade civil” tinha sido mencionado, mas de forma alguma definido e, por isso, poderia ser entendido como bem conviesse ao governo. Além disso, chamam a atenção para o carácter retórico do discurso de Morais Sarmiento que tentou convencer a sociedade de que o governo lhe estava oferecendo um bem precioso (a televisão pública) e que portanto só dependia de que esta se organizasse para fornecer conteúdos a serem veiculados pelo segundo canal.

De qualquer forma, o modelo adoptado pelo governo determinava que na fase inicial a concessão seria gerida pelo operador público de televisão, que garantia a emissão, os recursos humanos necessários à coordenação e operação e disponibilizava aos parceiros o acesso à sua capacidade de produção. O modelo definido apresentava uma gestão económico-financeira autónoma em busca de auto-sustentação, cujo orçamento global foi estimado em 50% do orçamento dedicado ao antigo canal 2.

O objectivo do progressivo desenvolvimento deste modelo é que o serviço seja oferecido fora do âmbito do operador de serviço público por intermédio de parcerias com diversas entidades até a sua completa autonomização, ou seja, a assunção total de responsabilidades pelo conjunto dos parceiros seguido pela posterior atribuição da licença.

Para esse efeito foram definidos parceiros institucionais e áreas de intervenção para facilitar o acesso ao conhecimento nas suas vertentes humana, social, artística, cultural, intelectual, profissional, académica e científica por meio de uma programação de qualidade dirigida a públicos específicos, particularmente os jovens, as minorias e os cidadãos com dificuldades de comunicação ou mobilidade.

Em Outubro de 2003 o novo conceito e a nova imagem da 2: foram lançados com uma renovação de 76% do tempo de emissão do canal. O plano de comunicação da 2: enfatiza o seu papel mini-generalista, com enfoque nos conteúdos de âmbito educativo, cultural, infantil e social.

Sua missão é “reforçar, pela diferença, os princípios de universalidade, coesão e proximidade do serviço público de televisão; defender a língua e a cultura portuguesas” e criar uma identidade própria como meio de comunicação complementar ao canal generalista de serviço público.

A participação da sociedade civil na 2: efectiva-se pela parceria com instituições, fundações, associações, ordens profissionais, institutos, órgãos de comunicação social, universidades e O.N.G. e operacionaliza-se de diversas formas; entre elas destaca-se o fornecimento de programas, a cedência de meios e de direitos, o apoio técnico e científico e os patrocínios. Esta abertura possibilita o acesso do público a valores e temáticas que, em geral, não têm cobertura nos media e disponibiliza uma nova oferta de programas para públicos novos e variados.

Na primeira grelha proposta pelo canal, a participação dos diversos parceiros da sociedade civil efectivava-se através do formato contentor. Este formato foi dividido em dois tipos: contentor cidadania e contentor familiar. Cada programa era dividido em duas partes de 30

minutos dedicadas a um tema específico. Cada tema era apresentado por um filme, seguido de um debate ou conversa informal. Os programas **Causas Comuns** e **Tudo em Família** encontravam-se neste formato.

Com a mudança da direcção geral, estes programas foram extintos e, de certa forma, substituídos pelo programa **Sociedade Civil**, que ocupou o horário do Tudo em Família, no período da tarde e é moderado pela antiga apresentadora do Causas Comuns, Fernanda Freitas. Porém, o formato não é muito diferente.

## **II. O programa Sociedade Civil**

A abordagem de análise do programa **Sociedade Civil** leva em consideração os seus aspectos estéticos e éticos:

### **1. Estéticos**

O programa **Sociedade Civil** é emitido de segunda-feira à sexta-feira das 14:00 às 15:30h em directo. Os programas são produzidos pelos parceiros da 2: e abordam temas relevantes para o quotidiano dos cidadãos, os quais são agendados de acordo com as áreas de competência dos parceiros e com a actualidade nacional e internacional.

Para dar uma ideia da abrangência dos temas abordados no programa, na primeira semana de Junho os temas variaram desde poluição e saúde, tecnologia e dependência, cultura do corpo, justiça para todos e futebol, exibido antes do início do Mundial.

O programa é moderado por Fernanda Freitas, que tem no estúdio em geral três especialistas convidados para debaterem o assunto abordado em cada programa. Os especialistas são convidados pelas entidades que propõem o programa, sendo que um dos objectivos é que estes possam agregar valor à vida das pessoas, seja discutindo assuntos relevantes, fornecendo informações úteis ou apresentando soluções para melhorar a qualidade de vida das pessoas.

O debate entre eles é intercalado por reportagens que, de certa forma, lançam o mote para a próxima rodada de discussões. O programa conta ainda com uma equipa de jornalistas que preparam em média quatro peças por emissão.

O cenário apresenta-se como um cenário clássico de programa de debate, com a apresentadora numa mesa em frente aos convidados. Porém, há algumas inovações com relação aos outros dois programas já referidos, Causas Comuns e Tudo em Família, pois este apresenta-se mais dinâmico e mais rápido. A cor predominante do cenário e também do logótipo é o verde. O logótipo apresenta quadrados ao fundo e transmite uma ideia de construção da sociedade civil, cujo título está em primeiro plano.

Durante o programa, Fernanda Freitas recebe o telefonema de espectadores e nos minutos finais lê os e-mails recebidos, propondo aos entrevistados que façam comentários a respeito de algumas ideias sugeridas pelos mesmos. Assim como sugere livros relevantes dentro do tema abordado no programa e convida os espectadores a participarem do blog do programa. A

questão do blog é interessante porque apesar de ser um canal aberto de comunicação, pode-se constatar que poucas pessoas participam.

Outros aspectos a serem ressaltados são o uso de oráculos com a contextualização do tema abordado, nome e contacto do entrevistados, e-mail, blog e telefone de contacto do programa, páginas da Internet dos parceiros e o suporte em linguagem gestual no canto direito do ecrã.

## 2. Éticos

A seguir, farei considerações sobre alguns aspectos éticos que podem ser assinalados no programa.

Considerando a importância do papel a ser desempenhado pela televisão, que cria laços sociais e tem a capacidade de desenvolver a consciência crítica na formação cultural e política dos cidadãos, o segundo aspecto a ser ressaltado refere-se à contribuição do programa **Sociedade Civil** no que diz respeito ao estímulo à produção de valores agregados, principalmente os valores éticos e cívicos.

Nos seus estudos sobre a qualidade na televisão britânica, Mepham (1990) salienta que os programas devem apresentar uma preocupação ética e veicular narrativas úteis, ou seja, aquelas que originam questionamentos, debates de ideias e diferenças de opiniões, podendo contribuir para a formação de mentalidades a partir de diversas produções de sentido e significações.

Sob esta perspectiva, considera-se que o programa **Sociedade Civil** veiculado pela 2: contribui para a formação de valores éticos e também cívicos ao promover a participação da sociedade civil tanto na escolha e abordagem de temas relevantes para os diversos parceiros, quanto na própria produção dos conteúdos.

Na obra *Televisão e Cidadania*, Manuel Pinto (2005:49), professor da Universidade do Minho, ressalta que “a qualidade de um serviço público se afirma não apenas pelos conteúdos que difunde mas igualmente pelos processos de participação sociocultural que promove e valoriza”. Indo um pouco mais além, Pinto (2005, 54-6) afirma que a orientação para a cidadania deve ser o critério que organiza o serviço público de televisão, pois este se efectiva apenas com a participação activa dos cidadãos tanto no que diz à produção de conteúdos, quanto à “co-responsabilização, interacção, aconselhamento e avaliação”. Pinto sugere que a participação pode efectivar-se por intermédio da acção individual, da dimensão associativa, das instâncias de regulação, no caso a Entidade Reguladora para a Comunicação Social, e da acção das instituições educativas, escolares ou não, que podem contribuir para a melhoria da literacia mediática (que é um outro aspecto que desenvolvo no pós-doutoramento).

Neste sentido, a entrega do segundo canal da televisão pública portuguesa à sociedade civil pode ser vista como um artifício do governo para diminuir custos, mas por outro lado, pode ser vista também como uma oportunidade para as diversas entidades da sociedade civil envolvidas no processo de reestruturação da 2: comecem a fazer um novo tipo de televisão que pode mostrar-se original e único no panorama europeu.

Entretanto, como muito bem aponta Pinto (2005:48), “a cidadania se esvazia sem uma pluralidade de expressões, sentimentos e opiniões, sem diversidade de propostas, sem possibilidade efectiva de escolha e da iniciativa.” E, no meu ponto de vista, a proposta de grelha que os profissionais da 2: estão trabalhando para implementar contempla uma diversidade de pontos de vista e modos de expressão.

Enfim, para terminar gostaria de ressaltar que a reconfiguração do espaço audiovisual, fruto do desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação, permite o surgimento de outros modos de produção e realização audiovisual, assim como de recepção.

Neste novo cenário audiovisual, a televisão continua a desempenhar o seu papel de intermediadora de um modo de conhecimento e de apreensão do mundo que, de certa forma, está relacionado com a escolha e a abordagem de assuntos de acordo com uma certa visão de mundo e um certo discurso socio-político e económico. Entretanto, enquanto meio de expressão, a televisão pode servir tanto para distrair e alienar, quanto para chamar a atenção para questões importantes e muitas vezes problemáticas. E, neste sentido, a televisão pode colaborar para que o conhecimento e a consciencialização dos espectadores estimulem uma participação mais activa e o exercício dos seus direitos e deveres enquanto cidadãos do mundo.

Além disso, a intermediação do espaço público promovida pelos media pode ser usada no sentido de dar visibilidade e permitir que diversas acções que geralmente acontecem sem conhecimento do público por não serem divulgadas nos media, tornem-se conhecidas. Esta visibilidade, como bem aponta João Carlos Correia (2004:163) da UBI, pode se tornar uma oportunidade para o aprofundamento das novas formas de cidadania que a sociedade contemporânea empreende. Porque como já foi bastante discutido, actualmente não se trata mais de uma cidadania atrelada a um só estado-nação, mas de uma cidadania global que não deixa no entanto de estar vinculada ao local, enquanto espaço de actuação.

Assim como permitir que o meio de comunicação funcione como um espaço aberto de debate e de busca de soluções para problemas do quotidiano. E, com relação a isso, na minha opinião o programa **Sociedade Civil** agrega valor e contribui para melhorar a vida das pessoas.